

Constituinte na ESTADO DE SÃO PAULO televisão, Hoje o 1º programa

7 ABR 1987

ANC pag. 5

O primeiro programa em cadeia nacional de rádio e TV da Constituinte será levado ao ar amanhã, pela manhã e à noite, com um pronunciamento do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sobre a importância da elaboração de uma nova Constituição. A Mesa da Constituinte, reunida ontem, decidiu ainda divulgar um boletim diário sobre os trabalhos, a ser encaminhado às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, entidades de classe e da sociedade civil.

Ficou acertado, também, que além de divulgar todos os debates do plenário e das comissões e subcomissões temáticas, os programas de rádio e TV vão informar quais os mecanismos de participação popular previstos no Regimento Interno, além de divulgar opiniões de populares e de representantes da sociedade sobre temas relevantes para a Constituinte.

Foi exatamente sobre a participação da sociedade no debate constitucional que Ulysses Guimarães centrou seu depoimento, gravado ontem pela manhã, na biblioteca da Câmara, com duração de quatro minutos. "Estão abertos os canais de participação, para elaborar a Constituição e para cumpri-la", declara ele no programa "Voz da Constituinte".

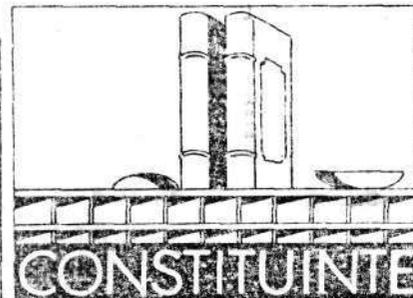
Ulysses frisa que "a Constituição, por si só, não dará de imediato

respostas a todas as carências que enfermam o País, mas será a matriz progressista e imperativa para que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário avancem no rumo das transformações exigidas pela sociedade".

Na sua fala, Ulysses Guimarães esclarece que o eleitor poderá participar da Constituinte enviando sugestões suas diretamente ou através de sindicatos, entidades de classe ou associações de moradores. O eleitor poderá participar das propostas que tenham pelo menos 30 mil assinaturas, patrocinadas por três entidades. As subcomissões da Constituinte, informa Ulysses, destinarão de cinco a oito sessões para ouvir as entidades. "Como o constituinte que você elegeu", ressalta, "você também tem competência e responsabilidade pela elaboração da Constituição". Mais adiante, acrescenta Ulysses: "É inevitável, a Constituição há de ser a mudança".

Segundo o 1º secretário da Mesa da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, serão utilizados os recursos orçamentários da Câmara e do Senado na cobertura das despesas da Constituinte, ficando a critério da Mesa a solicitação de recursos suplementares para a aquisição de equipamentos para gravação e contratação de mais taquígrafos necessários à transcrição dos debates, além dos que serão requisitados pela Câmara e pelo Senado para cobrir a carga extra de trabalho.

A partir de hoje, serão testados os terminais de computador que estão sendo instalados nos corredores das comissões para armazenar informações. A Mesa da Assembleia Constituinte vai produzir e gerar os programas de rádio e televisão sobre seus trabalhos, utilizando equipamentos cedidos pelo Ministério do Interior. Eles serão operados pela Radiobrás.



Admissões, só por concurso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A partir de agora, o Senado só poderá admitir servidores celetistas mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, requisito já existente para os estatutários. Projeto da Comissão Diretora do Senado neste sentido foi aprovado ontem e, segundo os senadores Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Nelson Wedekin (PMDB-SC) e Jamil Haddad (PSB-RJ), foram fechadas todas as brechas capazes de burlar a medida moralizadora.

Isto foi possível após longas discussões em que aqueles parlamentares se empenharam em não abrir exceção para os casos de "função de confiança", de livre indicação do presidente ou de senador. O argumento

de todos foi o mesmo: com base na necessidade de conhecimentos técnicos específicos ou pelo fato de um profissional ser reconhecidamente qualificado para o cargo para o qual é nomeado, com o tempo as exceções poderiam se multiplicar, comprometendo o propósito moralizador invocado pela Comissão Diretora do Senado na justificação do projeto.

O 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães, ainda argumentou que o projeto inicialmente não abria nenhuma exceção e foi posteriormente alterado por sugestão do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), um órgão altamente especializado e eficiente. Não obstante, prevaleceu o entendimento de que não haveria exceções e as admissões porventura necessárias seriam feitas por concurso, entre profissionais da área.